



ORIENTE MÉDIO

EUA exigem de Israel proteção aos civis

Presidente Joe Biden muda o tom e pede ao primeiro-ministro, Benjamin Netanyahu, cessar-fogo imediato na Faixa de Gaza, e aumento drástico de ajuda aos palestinos. Casa Branca assegura que apoio ao aliado histórico segue "inabalável"

» RODRIGO CRAVEIRO

Em Rafah, no sul da Faixa de Gaza, Ashraf — ferido no olho esquerdo — se ajoelhou diante dos corpos das filhas Aysel e Rashel e acariciou o rosto de uma delas. Durante a madrugada, a casa da família foi alvo de um bombardeio israelense. Pouco depois, Ashraf embalava a menina, envolta em uma mortalha. A cena se repete com frequência no enclave palestino. Ontem, no 180º dia da guerra travada pelas Forças de Defesa de Israel (IDF) contra o movimento extremista islâmico Hamas, o presidente dos EUA, Joe Biden, exigiu do primeiro-ministro israelense, Benjamin Netanyahu, um cessar-fogo imediato e cobrou um aumento "drástico" de ajuda para os civis palestinos.

Pela primeira vez, Biden deixou claro que o apoio americano dependerá das medidas que Israel tomar para proteger os civis palestinos. "Um cessar-fogo imediato é essencial para estabilizar e melhorar a situação humanitária e proteger os civis inocentes", afirmou o presidente ao telefonar para Netanyahu.

Biden instou o governo israelense a "anunciar e implementar uma série de medidas específicas, concretas e mensuráveis para abordar os danos aos civis, o sofrimento humanitário e a segurança dos cooperantes". Apesar do tom incisivo dos EUA, o porta-voz do Conselho de Segurança Nacional da Casa Branca, John Kirby, disse que espera ver medidas concretas "nas próximas horas e dias". Ao mesmo tempo, garantiu que o apoio de Washington ao direito do Estado judeu de se defender segue "inabalável".

A pressão de Biden sobre Netanyahu não demorou a surtir efeito. No fim da noite de ontem (em Israel), o Estado judeu anunciou que tomará "passos imediatos" para aumentar a ajuda humanitária à Faixa de Gaza, com a abertura da passagem de Erez e com o uso do porto naval de Ashdod, no Mar Mediterrâneo, para o recebimento de

AFP



Homem empurra bicicleta em meio a escombros na área do Hospital Al-Shifa, na Faixa de Gaza: destruição sem precedentes no enclave

donativos do exterior. O Ministério da Saúde de Gaza, controlado pelo Hamas, contabiliza 39.975 palestinos mortos, entre eles, 14.500 crianças e 75.577 feridos.

Frustração

De acordo com Ilai Saltzman, professor de Estudos Israelenses da Universidade de Maryland, o governo dos Estados Unidos tem ficado cada vez mais frustrado com a evolução e o tratamento da campanha militar de Israel na Faixa de Gaza. "O presidente Biden apoia totalmente a meta de Netanyahu de dizimar o Hamas, mas tornou-se bastante desiludido com as perspectivas de alcançar esse objetivo. Além disso, a Casa Branca foi bastante compreensiva em termos da perda colateral de vidas palestinas, logo após o massacre

Mohamed Abed/AFP



Ashraf abraça o corpo de uma das duas filhas mortas em Rafah (sul)

de 7 de outubro, ao levar em conta a natureza difícil e desafiadora da campanha militar em uma das áreas mais densamente povoadas do mundo", explicou ao **Correio**.

Ele aponta que os EUA sabiam que o complexo de túneis abertos pelo Hamas resultariam em perdas humanas e em destruição massiva. "O governo Biden tornou-se mais

alarmado com o número de mulheres e crianças de Gaza mortos."

Saltzman lembra que, quando as autoridades israelenses foram solicitadas a apresentarem seus planos de invasão à cidade de Rafah, no sul da Faixa de Gaza, a Casa Branca concluiu que eles não abordavam, de forma adequada, a segurança dos civis palestinos nem a distribuição de ajuda humanitária. "O assassinato de sete funcionários da ONG World Central Kitchen (WCK) foi a gota d'água para Biden. O incidente mostrou a incapacidade do governo israelense de salvaguardar a ajuda humanitária como também mostrou as ações desproporcionais, e muitas vezes precipitadas, por parte das Forças de Defesa de Israel", acrescentou o estudioso, autor de *Securitizing balance of Power Theory: A polymorphic reconceptualization*

(*Teoria do equilíbrio de poder securitizante: uma reconceitualização polimórfica*).

Ainda segundo Saltzman, a constante pressão da Casa Branca e o ultimato de Biden foram eficientes e imediatos em seu impacto sobre a política israelense. "O governo de Israel compreendeu que o risco de alienar o governo Biden seria um grande golpe estratégico e respondeu de forma que atendessem às exigências americanas."

Richard Falk, professor de Relações Internacionais da Universidade de Princeton e ex-relator especial da ONU para a Palestina Ocupada (2008-2014), disse ao **Correio** que os apelos de Biden por "passos concretos" para garantir a ajuda humanitária à Faixa de Gaza chegou tarde demais. "O ataque genocida à população civil está no sexto mês. Além disso, o esforço para persuadir Netanyahu a obter um cessar-fogo não foi elaborado com a mesma urgência da insistência da Casa Branca em permitir que a ajuda humanitária alcance os palestinos famintos", lamentou. Para ele, o movimento de Biden parece motivado pela mudança na opinião pública para além do apoio incondicional a Israel e pelos riscos à reeleição do democrata, em novembro. "Nenhuma raiva em Washington ou atenção midiática foi dada a atrocidades anteriores, que produziram baixas massivas entre crianças e mulheres palestinas", criticou.

Falk concorda que a pressão americana foi tardia e, "na melhor das hipóteses, parcial". "Ela pode levar Netanyahu a envolver Israel e Irã em uma guerra regional com dimensões globais. Ao perceber-se extremamente impopular entre os israelenses, com protestos crescentes contra sua liderança, Netanyahu poderá se ver tentado a desviar o foco do fracasso da guerra contra o Hamas." O professor de Princeton considera que as "pressões" dos EUA vieram muito tarde e se mostraram "ambíguas". "Não incluem um embargo de armas. Eu concluiria que a mudança de Biden não terá efeitos significativos."

VENEZUELA

Guiana denuncia anexação de território do Essequibo

O governo do presidente da Guiana, Irfaan Ali, classificou como "violação flagrante do direito internacional" a decisão do homólogo venezuelano Nicolás Maduro de sancionar uma lei de anexação do Essequibo — território rico em petróleo e recursos naturais, cuja soberania é reclamada por Caracas. "Essa tentativa da Venezuela de anexar mais de dois terços do território soberano da Guiana e torná-lo parte da Venezuela constitui uma flagrante violação dos princípios mais fundamentais do direito internacional", escreveu o Ministério de Relações Exteriores da Guiana. A lei foi promulgada por Maduro na noite de quarta-feira, durante cerimônia na Assembleia Nacional, em que ele acusou os Estados Unidos de instalar "bases militares secretas" na região do Essequibo.

A chamada Lei Orgânica para a Defesa da Guiana Esequiba foi criada depois de uma consulta popular realizada em dezembro. Com 96,3% dos votos, o referendo aprovou a anexação do território de 160 mil quilômetros quadrados, o qual passaria a ser considerado um

novo estado da Venezuela.

Em comunicado oficial, o chanceler venezuelano, Yván Gil, reagiu, "de maneira íntegra e contundente", a uma nota divulgada pelo governo de Guiana em que denunciava a promulgação da lei sobre o Essequibo. "A aprovação da referida lei é um ato soberano, que compete somente aos venezuelanos, e seu objetivo é defender e preservar os direitos inquestionáveis da Venezuela sobre o território da Guiana Esequiba (ou Essequibo) sob a égide do direito internacional e do Acordo de Genebra de 1966, único instrumento válido para resolver, de maneira amigável, prática e satisfatória a controvérsia territorial entre nossos dois países". Na nota, o regime de Nicolás Maduro reitera que não reconhece mecanismos judiciais como meio de resolução da controvérsia territorial com a Guiana.

Confusão

Para o cientista político José Vicente Carrasquero Aumaitre, professor da Universidad Central de Venezuela (UCV), a lei busca criar, tanto

Jhonn Zerpa/Presidência da Venezuela/AFP



Maduro mostra a Lei Orgânica para a Defesa da Guiana Esequiba

interna quanto externamente, a sensação de confusão, a fim de perturbar o ambiente. "Maduro está empenhado em criar condições especiais em torno das eleições e aumentar a popularidade. Um eventual enfrentamento com a Guiana pode levar a uma situação interna que justifique

a suspensão das eleições", afirmou ao **Correio**, por telefone.

Aumaitre aposta no aprofundamento do isolamento da Venezuela. "Maduro busca a maior quantidade de ruptura, pois isso significaria uma interrupção da vigilância internacional sobre o

» Observadores rumo a Caracas

Uma delegação da União Europeia (UE) chegará no domingo a Caracas para iniciar seu trabalho de observação das eleições presidenciais de 28 de julho, informaram autoridades venezuelanas. A representação europeia será recebida na terça-feira pelo Conselho Nacional Eleitoral (CNE), adiantou seu presidente, Elvis Amoroso. Para a semana seguinte, está prevista a chegada de uma missão do Centro Carter, dos Estados Unidos e, antes do fim de abril, do painel de especialistas das Nações Unidas (ONU). "Vamos informar a cada um dos observadores que vêm ao nosso país como será a programação do processo eleitoral (...) para que não exista nenhum tipo de dúvida", declarou Amoroso, sancionado pela UE pelas inabilitações de opositores que impôs em sua gestão anterior como controlador.

país, o que o levaria a radicalizar com a aplicação do medo e do terror. Em suma, o que ele tem feito pelos últimos seis anos", observou o cientista político. Ele avalia que a situação deve ser analisada com bastante cautela, para que não se crie um cenário de conflagração regional.

Até o fechamento desta edição, o Ministério das Relações Exteriores do Brasil não havia comentado a lei. Em 1º de março, Irfaan Ali e Maduro se encontraram na ilha caribenha de São Vicente e Granadinas, durante

cúpula da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac), e distensionaram o conflito. "Queremos a paz, queremos prosperidade para nossos vizinhos e para todos nesta região", declarou Ali, na ocasião. "Espero que as boas relações estabelecidas por meio do diálogo se aprofundem [...] e que busquemos, cara a cara, ambos os governos e ambos os povos, uma solução saudável, pacífica e diplomática para as diferenças e controvérsias que temos tido desde o século XIX", afirmou, por sua vez, Maduro. (RC)